

# A Constituinte deve organizar Judiciário

RIO  
AGÊNCIA ESTADO

Os homens da esquerda, minoritários mas permanentemente ativistas, têm razão: não são na teoria as Forças Armadas o principal sustentáculo de uma democracia autêntica, mas a lei, essa lei representada por um Judiciário organizado, eficaz, e, como tal, sumamente organizado. Pergunta-se dessa forma, então, com justa ansiedade, como, mais uma vez, ao longo da sua tragicômica história política, elabora essa nova Constituinte, que aí está, uma nova Lei Magna — porém com um Ministério Público sabidamente incapaz de defender os nossos cidadãos, carentes de todos os instrumentos para exercer o seu grande papel numa democracia, e logo num país onde a impunidade é a regra de cada dia. Essa Constituinte, na qual ninguém, particularmente entre as "esquerdas", demonstra a mínima preocupação com a reorganização e a eficiência do setor judiciário, com quem vai afinal cumprir leis emanadas desse plenário, precipuamente eleito para elaborar essa mesma nova Lei Magna, mas de antemão condenada ao perpétuo desrespeito, sendo mesmo ao deboche?

A presente "canhota" minoritária, no Congresso, sob a proteção de um farol convertido ao social-modernoso-epicurista, estará porventura convencida de que, cá fora, brasetos que pensam a sério, na democracia e na República, não estão envergando toda a sua malícia: badalar o "social" a todo instante, sob qualquer pretexto, no mesmo passo em que não dá um pio sequer em favor de um fórum vigoroso e capaz de semear justiça à Nação, assegurando a todos a certeza de que haverá ao máximo liberdade, fraternidade e, sobretudo, igualdade de oportunidades para qualquer cidadão, do mais humilde ao mais abastado?

Sabem porventura, já agora, os atuais juristas da Constituinte o número aproximado de processos que se amontoam, sem solução, nas gavetas e arquivos do Poder Judiciário do País? E quantos deles prescrevem, por falta de decisão, cada dia, mês ou ano? E o custo de tais demandas? E ainda, o que é pior, saberão que raro o cidadão que tem acesso à tramitação judiciária, tais a bagunça e a confusão reinantes em todas as instâncias?

Ora, pois, senhores da "canhota" militante, já que não têm a coragem de meter o dedo a fundo na chaga purulenta das instâncias, organizem, pelo menos, o Poder Judiciário, único corretivo aos crimes cometidos pela própria polícia e por todos os componentes da enorme margem que aí vive, mandando e desmandando, certíssima como está da eterna injustiça e impunidade. Mais uma Constituição, assim, para não ser cumprida, propositadamente, permanecendo o Brasil à mercê de hordas de foras-da-lei, e sempre na expectativa de cíclicas intervenções e corregedorias distantes?

Vão trabalhar com seriedade, senhores deputados e senadores nacional-socialistas, funestos optantes da política clerical, em favor dos "sem-terra", mas sobretudo empenhados em manter a Nação longe de uma magistratura com sólidos e justos instrumentos a fim de cumprir a sua tarefa. Afinal, é a ausência completa de Justiça o fermento ideal à agitação e à baderna promovidas por todos esses "revolucionários" — intoxicados pelas drogas ideológicas e que fazem sonhar com os célebres "paraisos artificiais" de Fidel Castro e de outros voluptuosos profissionais da erótica do poder em qualquer parte do mundo.

Essa melíflua linguagem de salvação nacional, através de "socialismos" abstratos e de "opção pelos pobres" — sem a presença de uma Justiça autêntica —, continuará certamente a empulhar milhões, aqui e no resto do mundo, mas quase ninguém se atreverá a falar com realismo e sinceridade sobre as nossas próprias fraquezas, erros e acovardamentos no dia-a-dia. Quem com coragem bastante, no atual Congresso, para declarar, por exemplo, que através de um corte de 50% de burocratas inúteis, e aplicado o dinheiro gasto com essa gente ociosa, na pequena e média empresa, do comércio, indústria e agricultura, toda essa mesma gente e

multo mais seria, em pouco tempo, absorvida por novos empregos, gerados pelo próprio desenvolvimento advindo da referida medida?

Infelizmente, a "esquerda", a doutrina pelo dr. Ulysses — além de outras com menos votos, porém mais barulhentas ainda — quer, exatamente isso: a manutenção de um "sistema alternativo" e permanente de poder. Não foi de graça que os Ulyssesinhos da moderna Odisséia lupiniquim esqueceram, por exemplo, de destronar o gatilho salarial. E esse mesmo gatilho ameaça disparar a 20% ao mês. Enquanto o governo federal, reconhecendo mentalmente o maior dos empregadores do País, faz, por sua vez, girar continuamente a guitarra da Casa da Moeda e por isso mesmo não haverá jamais reforma tributária que se agüente.

Os rapazes do ex-ministro Sayad — os mesmos que em novembro do ano passado mandaram que as empresas estatais fizessem seus orçamentos para o ano em curso (87) na base da inflação zero, crenças como se achavam no sucesso do Plano Cruzado, agora estão exigindo novos orçamentos à base de uma inflação de 200% ao ano! Há grande, médio e pequeno empresário que agüente tamanha incerteza e tanta responsabilidade? Mas se ao menos houvesse justiça de fato no Brasil, capaz de amparar aqueles indivíduos da iniciativa privada, notadamente, os mais carentes de crédito, e que tomaram empréstimos a 3% ao ano (o que já era um alto juro na ocasião) e doravante vão pagar, no mínimo, 400%. São esses mesmos pequenos e médios empresários que tentam rolar presentemente suas dívidas ou requerem logo a falência, e o mesmo governo, que cedeu às demagógicas e traiçoeiras decisões do sr. Funaro, não estaria, hoje, obrigado moralmente a sustentar essas tantas vítimas do cruzado — que não acreditaram — promovendo empréstimos subsidiados? Pois não existe, no mundo, é útil repetir, empresa alguma que possa construir seu negócio numa escala móvel de oscilação como essa. Coisas que só ocorrem em um país favelado, lúdico, lotérico e terrivelmente irresponsável, onde até as empresas mineradoras já não gozam mais de segurança para trabalhar e produzir, pois suas lavras, se bem-sucedidas, ora estão sendo invadidas por multidões de "garimpeiros" autônomos — e por detrás dos quais se escondem clérigos, subversivos, como acontece aliás também no caso dos "sem-terra", enquanto o ministro da Justiça, à falta de poderes para reprimir, e sem instrumento material para tal, permanece algemado com medo da "canhota" e sem tomar a menor providência. Declara, antes, que o assunto está afeto às autoridades estaduais. Os Executivos estaduais, por sua vez, respondem que há mais invasores nos garimpos alhetos do que soldados nas fileiras das suas polícias militares.

O aparelho judiciário nacional é nulo assim, também, para exercer o mínimo controle sobre as gigantescas estatísticas existentes. E cujos donatários, há muito, são hereditários, como no tempo das Capitânicas del Rey.

Poucos, no Rio, acreditam que dr. Bresser, substituto de Funaro e que esteve sempre solidário com o seu antecessor e com o amigo e colega João Sayad, venha a realizar a única política capaz de salvar o Brasil da grave crise que o está matando aos poucos, e de maior extermínio possível do Estado-empresário e a restauração ao máximo do sistema de livre iniciativa de uma verdadeira economia de mercado.

Sabe-se, aqui, que o sr. Bresser tem como um dos seus principais assessores, e não de hoje, o antigo deputado Márcio Moreira Alves, cujas idéias socializantes e nacionalistas são por demais conhecidas. Márcio exerce, atualmente, estranho cargo no governo "esquerdinha" de Moreira Franco no cargo de subsecretário para Assuntos Internacionais. Prova de que o Moreira não confia tanto como se pensa nos "barbudinhos" da dupla Silveirinha-Guerrreiro e já está lançando as bases de um Itamaraty carioca. Ainda sem cisnes, é bem verdade, mas com gatos treinados para subir, comer à farfura e miar noite adentro nos mais variados telhados das cidades do Interior e da Capital.